



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2023
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Apresentação: 21/12/2023 16:24:04,377 - MEIA

RIC n.3246/2023

Requer-se ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Renan Filho, informações detalhadas e esclarecimentos sobre a alocação de R\$ 185.800.000.000 (cento e oitenta e cinco bilhões e oitocentos milhões de reais) para projetos considerados inviáveis pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do investimento logístico do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Requeiro a V. Exa., conforme o art. 50, § 2º da Constituição da República, combinado com o art. 60, 115 e 116, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário da Comissão, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro Renan Filho, sobre a alocação de R\$ 185.800.000.000 (cento e oitenta e cinco bilhões e oitocentos milhões de reais) para projetos considerados inviáveis pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do investimento logístico do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para tanto, requeremos as informações a partir dos seguintes questionamentos:

- I) Como o Ministério pretende justificar a alocação de recursos para projetos considerados inviáveis pelo TCU?

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | ccfc.decom@camara.leg.br



LexEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
E CONTROLE

Apresentação: 21/12/2023 16:24:04,377 - MEIA

RIC n.3246/2023

- II) quais são os projetos específicos que receberão esses recursos e por que foram escolhidos?
- III) por que projetos que poderiam ser financiados com capital privado estão recebendo recursos públicos?
- IV) existem planos para revisar a viabilidade desses projetos à luz dos apontamentos feitos pelo TCU em auditoria?
- V) quais são as obras citadas como irregulares pelo TCU e qual o teor dos contratos celebrados até o presente momento com as empresas privadas?
- VI) qual o critério utilizado pelo Ministério para selecionar as empresas privadas?
- VII) por que mais de 35% da verba do Plano Setorial de Transportes Terrestres (PSTT) está sendo destinada a projetos que vão gerar pouco impacto positivo à sociedade?
- VIII) qual o teor da minuta de PSTT com falhas citada na matéria veiculada?
- IX) quais são as implicações dessa “desconexão” entre o planejamento e a alocação de recursos para a eficácia dos projetos prioritários?

Por fim, incumbe salientar que a solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 562/2023, de autoria do Deputado André Fernandes, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 20/12/2023.

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2023.

Deputada **Bia Kicis**

Presidente

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | ccfc.decom@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239342287500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



* C D 2 3 9 3 4 2 2 8 7 5 0 0 *